

VIII Legislatura

IV Sessão Legislativa

Horta, 6 de Abril de 2005

Debata sobre Orientações de Médio Prazo 2005-2008 e Plano 2005

INTERVENÇÃO da Deputada Ana Isabel Moniz

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Nesta intervenção irei debruçar-me sobre os Transportes Aéreos e Marítimos na Região Autónoma dos Açores, começando por fazer uma breve abordagem ao desenvolvimento do sector, nos últimos anos, em resultado dos esforços encetados pelos governos regionais da responsabilidade do Partido Socialista, para dar sentido às novas orientações políticas, constantes dos documentos das Orientações de Médio Prazo 2005-2008 e Plano 2005, agora submetidos a apreciação.

Começando por fazer um breve diagnóstico da situação da economia regional em finais de 1996, constatava-se que o sector dos Transportes era, porventura, um dos que maiores constrangimentos provocavam ao desenvolvimento de diversas actividades económicas nos Açores, nomeadamente o Turismo.

Apesar dos fluxos turísticos para os Açores terem revelado um comportamento favorável durante a década de 80, deixando antever boas perspectivas de evolução para a actividade, no período de 1989 a 1996 registaram-se muitas oscilações, com fortes quebras no número de dormidas nos anos de 1989 e 1993. Esta situação denota a incapacidade do governo regional de então de conceber e executar uma política promocional da Região que permitisse obter resultados eficazes em termos de atracção

de turistas. A ausência de uma visão estratégica para o sector levou ao marasmo no domínio do investimento privado, quer em termos da oferta de alojamento turístico, quer de infra-estruturas complementares de apoio, sendo, por conseguinte, quase inexistente a oferta de acções de animação turística que pudessem permitir o prolongamento da estada média e o crescimento das receitas do sector. Perante este contexto, não houve a preocupação de eleger políticas de dignificação e valorização das profissões turísticas, nem de fomentar o incremento da exigência da qualidade nessa mesma oferta de serviços turísticos.

A rigidez da oferta nas ligações aéreas com o continente português impunha sérias limitações ao crescimento da actividade, quer pelo seu custo, quer pela inexistência de tarifas diferenciadas, quer pela própria capacidade disponibilizada e inconveniência de horários. Quem não se lembra de chegar a Lisboa às quatro horas da manhã?

No que toca ao transporte marítimo de passageiros inter-ilhas, o cenário também não era nada animador, pois, em 1996, limitava-se apenas ao Grupo Central.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

No período de 1997 a 2004, apesar dos grandes desafios colocados pela liberalização e desregulamentação do sector e das calamidades que atingiram a Região em 1996 e 1997 - obrigando a avultados investimentos na reabilitação de infra-estruturas marítimas, que não estavam inicialmente previstas na acção governativa -, deu-se uma autêntica revolução no domínio dos Transportes Aéreos e Marítimos:

- em primeiro lugar, com a introdução de um novo modelo de ligações aéreas intra-regional, articulado com uma substancial redução do

tarifário da SATA nas ligações inter-ilhas, chegando as reduções a atingirem os 21% para as ilhas do Grupo Ocidental e os 17% para as ilhas do Grupo Central e Oriental;

- em segundo lugar, e na sequência das negociações bem sucedidas entre o Governo Regional e o Governo da República, com a implementação dos novos modelos de obrigações de serviço público entre o continente português e a Região, merecendo especial destaque o aumento das frequências e os novos regimes de tarifário de passageiros e carga, propiciadores de um enquadramento mais atractivo, não só para os fluxos gerados na Região, como também para os vindos do exterior;
- em terceiro lugar, com a abertura das *gateways* do Pico e de Santa Maria, permitindo descentralizar ainda mais a distribuição dos fluxos turísticos pelas diversas ilhas dos Açores e criar, desta forma, novos pólos de desenvolvimento na Região;
- em quarto lugar, com as modificações estruturantes nas infra-estruturas portuárias e aeroportuárias da Região, que vieram melhorar substancialmente a operacionalidade dos meios de transporte e a acessibilidade a todas as ilhas;
- em quinto lugar, e após cerca de vinte anos de interrupção, com a dinamização do inovador transporte marítimo de passageiros e viaturas, em embarcações rápidas, de Santa Maria às Flores.

Assim, se em 1996, o movimento marítimo de passageiros andava à volta dos 290 mil passageiros, em 2004 este valor já ascendia aos 468 mil, o que corresponde a um aumento de 60% em oito anos, ou seja, um crescimento médio anual de 7,5%, o que é deveras surpreendente.

A criação de redes de novas ligações aéreas directas entre os Açores e os mercados emissores de turistas veio alterar substancialmente a composição da procura turística. Para além das ligações directas a Bóston, Providence, Oakland, Toronto, Montreal, Malmoe, Gotemburgo, Oslo, Estocolmo, Frankfurt, Munique, Zurique, Copenhaga e Madrid, efectuadas em 2004, foram reforçadas, já em 2005, as ligações com a Dinamarca, tendo-se iniciado a operação com a Finlândia e, na presente semana, com o Reino Unido.

Por todas estas razões, enquanto em 1996, o movimento total de passageiros nos aeroportos dos Açores ascendia a 1 milhão e 167 mil, em 2004 passou para 1 milhão e 708 mil, ou seja, registou-se um crescimento de 46% em oito anos, o que corresponde a uma taxa de crescimento médio anual de cerca de 6%. Recorde-se que, no período de 1992 a 1996, o crescimento total foi de 3,2%, a que correspondia uma taxa de crescimento médio anual de 0,8%.

Em relação ao transporte marítimo de mercadorias, são de destacar os seguintes aspectos na actuação dos governos da responsabilidade do Partido Socialista:

- o desagramento do preço dos fretes entre o Continente e os Açores, que é actualmente 18% inferior, a preços constantes, em relação ao praticado em 1996;
- a entrada de mais um armador de cabotagem insular;
- o aumento da carga transportada, em cerca de 61%, entre 1996 e 2004, o que corresponde a um crescimento médio anual de cerca de 8%, enquanto no período de 1992 a 1996, essa taxa de crescimento média anual foi de 3,5%, ou seja, cerca de metade;

- a estabilidade do tarifário portuário, entre 1995 e 2002, sendo, desde essa altura, apenas actualizado de acordo com a taxa de inflação;
- a extinção da taxa de reestruturação portuária, que chegou a atingir cerca de 120 euros por contentor transportado.

Se, em 1996, os portos dos Açores eram dos mais caros do País, hoje essa situação inverteu-se, sendo dos que praticam taxas mais baixas, o que traz consequências benéficas ao nível da estrutura de custos das empresas e, em última instância, dos preços de venda dos bens na Região e no exterior.

Em suma, os esforços realizados, nos últimos oito anos, em matéria de transportes e acessibilidades têm contribuído para criar uma importante vantagem competitiva para a Região no que toca à dinamização do turismo, à captação de investimento externo e à internacionalização desta pequena economia insular arquipelágica e ultraperiférica.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

No Plano para 2005, a política do IX Governo Regional dos Açores em matéria de Transportes Marítimos está reflectida no Programa 24 – Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos. As intervenções neste importante segmento das redes regionais estruturantes contemplam a execução de um vasto leque de investimentos, a serem promovidos quer directamente pela Secretaria Regional da Economia, quer através da articulação desta com as administrações portuárias. O investimento público ascende a 40,4 milhões de euros, sendo 5,6 milhões de euros financiados através do Plano.

Quanto às infra-estruturas portuárias, que absorvem mais de $\frac{3}{4}$ deste investimento, e registam um aumento de 48,8% relativamente ao valor

inscrito no Plano para 2004, evidenciam-se obras de construção, reabilitação, melhoria da operacionalidade e equipamento dos portos regionais, para além da construção e apetrechamento de núcleos de recreio marítimo.

No que toca à dinamização do tráfego de passageiros por via marítima, o Governo Regional prevê continuar o apoio ao transporte marítimo de passageiros e viaturas inter-ilhas, a projectos de renovação e modernização da frota e ao arranque da construção do terminal marítimo e gare de passageiros do porto de Ponta Delgada.

Este programa abrange, ainda, a realização de estudos com vista à racionalização das actividades portuárias e de acções de dinamização dos transportes marítimos e de promoção dos Açores no mercado de cruzeiros.

Trata-se de uma aposta na continuidade da melhoria das infra-estruturas de apoio ao transporte marítimo de pessoas e de bens, em conformidade com os actuais padrões de segurança e operacionalidade. Paralelamente, dá-se corpo às orientações constantes do Programa do Governo em matéria de turismo, no que respeita ao incentivo do turismo de cruzeiros, do iatismo e da prática de actividades marítimo-turísticas e de desportos náuticos.

Relativamente aos Transportes Aéreos, as intervenções previstas no Plano para 2005 encontram-se descritas no programa 25 – Desenvolvimento dos Transportes Aéreos. O investimento público previsto é de 32,9 milhões de euros, sendo cerca de 2/3 de investimento do Plano.

As acções que assumem maior peso neste domínio, representando mais de 70% do investimento planeado, respeitam ao investimento em infra-estruturas e equipamentos aeroportuários e vão desde a modernização

das aerogares, até à aquisição de meios para uma maior segurança e eficiência do serviço prestado.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

As novas orientações políticas em matéria de Transportes Marítimos e Aéreos, agora consubstanciadas nos documentos em apreciação das Orientações de Médio Prazo 2005-2008 e do Plano 2005, permitem aferir que o IX Governo Regional dos Açores vai continuar a apostar na melhoria das acessibilidades e da mobilidade inter-ilhas, dando cumprimento às promessas eleitorais e ao programa do seu governo, oportunamente aprovado nesta Assembleia.

Tenho dito!